

Brasiliiana Participações S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2021, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (CPCs) e normas internacionais de contabilidade (IFRS), com Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis.

## ÍNDICE

Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis	3
Balancos Patrimoniais	4
Demonstrações dos Resultados	6
Demonstrações dos Resultados Abrangentes	7
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	8
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	9
Demonstrações do Valor Adicionado	10
Notas Explicativas às demonstrações Contábeis	9



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A  
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil  
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil  
Telefone +55 (11) 3940-1500  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

**Ao Conselho de Administração e Acionistas da  
Brasileira Participações S.A.**  
São Paulo - SP

## Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Brasileira Participações S.A. (" Companhia "), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Brasileira Participações S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2.4 das demonstrações contábeis, que indica que em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e sua controlada incorreram no prejuízo líquido de R\$ 19.455 mil e, nesta data, a Companhia apresentou patrimônio líquido negativo de R\$ 34.365 mil e capital circulante líquido consolidado negativo de R\$ 15.019. Conforme apresentado na nota explicativa 2.4, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na mesma nota, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

## Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

## Avaliação das exposições fiscais

Veja a Nota 9 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia é polo passivo em processos judiciais que somam o montante de R\$ 797.446 mil cuja natureza está relacionada às incertezas sobre o tratamento fiscal: (i) do aproveitamento de prejuízo fiscal; (ii) compensações administrativas de saldos negativos de imposto de renda e contribuição social e créditos de imposto de renda retido na fonte; e (iii) dedutibilidade do ágio fiscal da incorporação da Companhia Brasileira de Energia sobre o imposto de renda e contribuição social.</p> <p>A administração e seus assessores jurídicos concluíram que é provável que as autoridades fiscais aceitem o tratamento fiscal escolhido e, conseqüentemente, a Companhia mensurou os tributos sobre o lucro corrente e diferido de acordo com a sua declaração de impostos e não registrou qualquer tributo sobre o lucro a pagar sobre esses processos.</p> <p>Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria devido aos julgamentos realizados na aplicação da política contábil para o tratamento da incerteza fiscal e o grau de habilidade ou conhecimento especializado necessário para aplicar procedimentos de auditoria para tratar do assunto e avaliar os resultados desses</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Avaliação do desenho dos controles internos chaves relacionados ao processo de reconhecimento e acompanhamento dos processos fiscais.</li><li>- Reconciliar as informações recebidas nas respostas das cartas de circularização, encaminhadas pelos assessores jurídicos internos e externos, com o relatório interno da Companhia sobre a posição dos processos em andamento, se atentando para a suficiência dos montantes esperados para liquidação da obrigação e a probabilidade de perda estimada para cada processo;</li><li>- Análise, com auxílio de nossos especialistas jurídicos, se a jurisprudência, os critérios e os fundamentos legais apresentados nos documentos fornecidos pelos assessores jurídicos da Companhia suportam o julgamento da administração sobre a aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal.</li><li>- Análise se as divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras consideram todos os aspectos relevantes requeridos pelas práticas contábeis aplicáveis ao tema.</li></ul>

procedimentos.	Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o tratamento da incerteza fiscal dos tributos sobre o lucro, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 tomadas em conjunto.
----------------	--

### Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

### Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de março de 2022.

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP014428/O-6



Daniel A. da S. Fukumori

Contador CRC 1SP245014/O-2

## BRASILIANA PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADA

BALANÇOS PATRIMONIAIS  
31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
<b>ATIVO</b>					
<b>CIRCULANTE</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	3	30	60	56	90
Investimentos de curto prazo	3	3.376	2.614	3.769	3.634
Imposto de renda e contribuições sociais a recuperar	4	218	2	221	6
Outros ativos circulantes	6	1.771	1.941	1.777	1.941
<b>TOTAL ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>5.395</b>	<b>4.617</b>	<b>5.823</b>	<b>5.671</b>
<b>ATIVO</b>					
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Imposto de renda e contribuições sociais a recuperar	4	2.452	2.821	4.508	4.827
Depósito judicial	5	3.010	2.908	3.624	3.501
Outros ativos não circulantes	6	454	1.150	454	1.150
Investimento	7	2.523	3.131	—	—
Imobilizado. Líquido		—	—	95	95
<b>TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>8.439</b>	<b>10.010</b>	<b>8.681</b>	<b>9.573</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>13.834</b>	<b>14.627</b>	<b>14.504</b>	<b>15.244</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis .

## BRASILIANA PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADA

BALANÇOS PATRIMONIAIS  
31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
<b><u>PASSIVO</u></b>					
<b><u>CIRCULANTE</u></b>					
Fornecedores		49	45	49	45
Tributos e contribuições sociais a pagar		53	1	80	3
Dividendos a pagar	15	—	—	32	32
Outras obrigações		13	13	13	13
Obrigações de venda de controlada	8	20.668	8.912	20.668	8.906
<b>TOTAL PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>20.783</b>	<b>8.971</b>	<b>20.842</b>	<b>8.999</b>
<b><u>PASSIVO</u></b>					
<b><u>NÃO CIRCULANTE</u></b>					
Provisão para processos judiciais e outros	9	2.979	2.882	3.590	3.471
Obrigações de venda de controlada	8	19.799	17.684	19.799	17.684
Contas a pagar a Partes Relacionadas	15	4.638	—	4.638	—
<b>TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>27.416</b>	<b>20.566</b>	<b>28.027</b>	<b>21.155</b>
<b><u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u></b>					
Capital social subscrito e integralizado	10.1	85.299	85.299	85.299	85.299
Reservas de capital	10.3	3.937	3.937	3.937	3.937
Prejuízos acumulados		(123.601)	(104.146)	(123.601)	(104.146)
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>(34.365)</b>	<b>(14.910)</b>	<b>(34.365)</b>	<b>(14.910)</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>13.834</b>	<b>14.627</b>	<b>14.504</b>	<b>15.244</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis .

BRASILIANA PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADA

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto lucro por ação)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Gerais e administrativas		(1.507)	(2.328)	(2.207)	(2.497)
Outras despesas operacionais		(38)	(48)	(39)	(60)
<b>TOTAL DAS DESPESAS OPERACIONAIS</b>		<b>(1.545)</b>	<b>(2.376)</b>	<b>(2.246)</b>	<b>(2.557)</b>
<b>RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS</b>		<b>(1.545)</b>	<b>(2.376)</b>	<b>(2.246)</b>	<b>(2.557)</b>
Receitas financeiras	12	923	865	1.037	942
Despesas financeiras	12	(4.354)	(3.008)	(4.375)	(3.022)
<b>TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO</b>		<b>(3.431)</b>	<b>(2.143)</b>	<b>(3.338)</b>	<b>(2.080)</b>
Resultado de equivalência patrimonial	7	(608)	(118)	—	—
<b>RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS</b>		<b>(5.584)</b>	<b>(4.637)</b>	<b>(5.584)</b>	<b>(4.637)</b>
<b>PREJUÍZO DO EXERCÍCIO DE OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE</b>		<b>(5.584)</b>	<b>(4.637)</b>	<b>(5.584)</b>	<b>(4.637)</b>
<b>OPERAÇÕES DESCONTINUADAS</b>	8 e 13	<b>(13.871)</b>	<b>(77.115)</b>	<b>(13.871)</b>	<b>(77.115)</b>
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>(19.455)</b>	<b>(81.752)</b>	<b>(19.455)</b>	<b>(81.752)</b>
<b>Resultado por ação básico e diluído</b>					
<b>Por ação Preferencial e Ordinária</b>		(0,03537)	(0,14864)	(0,03537)	(0,14864)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis .

BRASILIANA PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADA

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
<b>PREJUÍZO LUCRO DO EXERÍCIO</b>	<u>(19.455)</u>	<u>(81.752)</u>	<u>(19.455)</u>	<u>(81.752)</u>
Outros resultados abrangentes	—	—	—	—
<b>TOTAL DE RESULTADOS ABRANGENTES</b>	<u><u>(19.455)</u></u>	<u><u>(81.752)</u></u>	<u><u>(19.455)</u></u>	<u><u>(81.752)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis .

## BRASILIANA PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADA

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Descrição	Capital Social	Reserva Capital	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido dos acionistas da Companhia	Participação de acionista não controlador	Patrimônio líquido consolidado
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>85.299</b>	<b>3.937</b>	<b>(22.394)</b>	<b>66.842</b>	<b>262</b>	<b>67.104</b>
<b>Resultado Abragente Total:</b>						
Prejuízo do exercício	—	—	(81.752)	(81.752)	—	(81.752)
<b>Transação com os acionistas:</b>						
Remuneração com base em ações das controladas	—	—	—	—	(262)	(262)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>85.299</b>	<b>3.937</b>	<b>(104.146)</b>	<b>(14.910)</b>	<b>—</b>	<b>(14.910)</b>
Prejuízo do exercício	—	—	(19.455)	(19.455)	—	(19.455)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>85.299</b>	<b>3.937</b>	<b>(123.601)</b>	<b>(34.365)</b>	<b>—</b>	<b>(34.365)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis .

## BRASILIANA PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADA

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Descrição	Notas	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
<b>Atividades operacionais:</b>					
Prejuízo do exercício nas operações em continuidade		(5.584)	(4.637)	(5.584)	(4.637)
<b>Ajustes para conciliar o prejuízo do exercício com o caixa das atividades operacionais</b>					
Varição monetária/Cambial		97	60	119	73
Receita aplicação financeira em investimento curto prazo		(127)	(820)	(165)	(864)
Receita aplicação financeira em depósitos judiciais		(102)	—	(123)	—
Resultado da equivalência patrimonial	7	608	118	—	—
		<b>(5.108)</b>	<b>(5.279)</b>	<b>(5.753)</b>	<b>(5.428)</b>
<b>Varição de ativos e passivos operacionais</b>		<b>5.732</b>	<b>736</b>	<b>5.706</b>	<b>681</b>
		<b>624</b>	<b>(4.543)</b>	<b>(47)</b>	<b>(4.747)</b>
Juros resgatados de investimentos de curto prazo		27	814	69	832
Aplicações/Resgates em investimentos de curto prazo		(681)	32.170	(56)	32.315
<b>Caixa líquido (usado)/gerado nas atividades operacionais continuadas</b>		<b>(30)</b>	<b>28.441</b>	<b>(34)</b>	<b>28.400</b>
<b>Caixa líquido usado nas atividades operacionais descontinuadas</b>		—	(4.008)	—	(3.846)
<b>Total caixa líquido (usado)/gerado nas atividades operacionais</b>		<b>(30)</b>	<b>24.433</b>	<b>(34)</b>	<b>24.554</b>
<b>Atividades de investimentos:</b>					
Aplicações/Resgates de cauções e depósitos vinculados		—	537	—	533
Caixa restrito/líquido de venda de participação societária		—	(25.005)	—	(25.005)
<b>Caixa líquido usado nas atividades de investimentos em continuidade</b>		—	<b>(24.468)</b>	—	<b>(24.472)</b>
<b>Caixa líquido usado nas atividades de investimentos descontinuadas</b>		—	—	—	(204)
<b>Total caixa líquido usado nas atividades de investimentos</b>		—	<b>(24.468)</b>	—	<b>(24.676)</b>
<b>Varição no caixa líquido da Companhia</b>		<b>(30)</b>	<b>(35)</b>	<b>(34)</b>	<b>(122)</b>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		60	95	90	157
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa das operações		—	—	—	55
<b>Saldo final de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>30</b>	<b>60</b>	<b>56</b>	<b>90</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis .

## BRASILIANA PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADA

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
<b>2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>(1.545)</b>	<b>(2.376)</b>	<b>(2.246)</b>	<b>(2.557)</b>
Outros despesas operacionais	(38)	(48)	(39)	(60)
Serviços de terceiros	(1.507)	(2.328)	(2.207)	(2.497)
<b>3. VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>(1.545)</b>	<b>(2.376)</b>	<b>(2.246)</b>	<b>(2.557)</b>
<b>5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE</b>	<b>(1.545)</b>	<b>(2.376)</b>	<b>(2.246)</b>	<b>(2.557)</b>
<b>6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>	<b>(13.556)</b>	<b>(76.368)</b>	<b>(12.834)</b>	<b>(76.173)</b>
Receitas financeiras	923	865	1.037	942
Resultado de participações societárias	(608)	(118)	—	—
Resultado líquido proveniente de operações descontinuadas	(13.871)	(77.115)	(13.871)	(77.115)
<b>7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>	<b>(15.101)</b>	<b>(78.744)</b>	<b>(15.080)</b>	<b>(78.730)</b>
<b>8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>(15.101)</b>	<b>(78.744)</b>	<b>(15.080)</b>	<b>(78.730)</b>
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>	<b>4.354</b>	<b>3.008</b>	<b>4.375</b>	<b>3.022</b>
Juros	4.354	3.008	4.375	3.022
<b>Remuneração de capitais próprios</b>	<b>(19.455)</b>	<b>(81.752)</b>	<b>(19.455)</b>	<b>(81.752)</b>
Prejuízo do exercício	(19.455)	(81.752)	(19.455)	(81.752)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis .

## **1. INFORMAÇÕES GERAIS**

---

A Brasileira Participações S.A. ("Companhia"), é uma sociedade por ações, de capital aberto, constituída em 16 de fevereiro de 2007, controlada diretamente pela AES Holdings Brasil Ltda. ("AHB"), sendo esta, por sua vez, uma controlada da The AES Corporation. A Companhia exerce atualmente o controle acionário na AES Elpa S.A. ("AES Elpa") mediante participação direta no capital dessa sociedade.

A sede da Companhia está localizada na Avenida das Nações Unidas, 12.495, 12º andar, Condomínio Centro Empresarial Berrini, Brooklin Paulista, São Paulo, SP, Brasil.

### **1.1 Impacto do Coronavírus (COVID-19) nas demonstrações contábeis**

O mundo ainda vive em cenário de pandemia, ocasionado pela propagação da COVID-19 e tem causado sérios impactos, provocando intensa volatilidade nos mercados financeiros e de capitais mundialmente.

Na Companhia, no decorrer de 2020 foi criado o Comitê de Gestão de Riscos e Crise, liderado pela Diretoria de Tesouraria e Riscos, com o objetivo de avaliar, monitorar e aplicar todas as medidas necessárias pela garantia da segurança e redução máxima de riscos às pessoas e aos negócios. Nesse sentido, a Companhia mantém o acompanhamento para revisar e modificar seus planos à medida que as condições mudarem.

O impacto da pandemia depende em grande parte da natureza dos negócios e, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e sua controlada não apuraram impactos relevantes nos resultados financeiros.

### **1.2 Dados sobre subsidiária**

AES Elpa S.A. - A Companhia detém o controle da AES Elpa, que é uma sociedade por ações de capital fechado e tem por objeto social a participação em outras sociedades como acionista, quotista ou membro de consórcio com sede na Avenida das Nações Unidas, 12.495, 12º andar, Condomínio Centro Empresarial Berrini, Brooklin Paulista, São Paulo, SP, Brasil.

Em 15 de agosto de 2017, a Companhia e a controlada AES Elpa divulgaram ao mercado fato relevante, informando que a Administração da Companhia estudava a possibilidade e conveniência de submeter à Comissão de Valores Mobiliários – CVM pedido de cancelamento de registro de companhia aberta da Companhia, em função do número reduzido de ações em circulação, da baixa liquidez das ações no mercado secundário e da ausência de operações após a reorganização societária que envolveu as Companhias e a Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ("Eletropaulo"), nos termos da regulamentação aplicável e resguardados os direitos dos acionistas minoritários da controlada.

Desta forma, atualmente a controlada direta AES Elpa é uma sociedade anônima de capital fechado.

## **2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

---

Em 16 de março de 2022, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações contábeis intermediárias, submetendo-a, nesta data, à análise prévia do Conselho Fiscal e deliberação do Conselho de Administração.

## **2.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações contábeis individual e consolidado foram preparadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, incluindo também as normas complementares emitidas pela CVM.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar.

## **2.2 Políticas contábeis e estimativas**

As principais políticas contábeis e estimativas, aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis, estão apresentadas nas respectivas notas explicativas. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

## **2.3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Companhia e sua controlada fazem o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adotam premissas que impactam os valores das despesas, ativos e passivos, e as divulgações de passivos contingentes. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia e sua controlada adotam premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entendem como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia e sua controlada são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios.

As principais premissas, avaliações e estimativas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis e apresentadas nas notas explicativas são: provisão para processos judiciais e outros, perda por redução ao valor recuperável de ativos não circulantes ou de longa duração e valor justo de instrumentos financeiros

A Companhia também aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações contábeis. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis à legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis.

## **2.4 Base de preparação e apresentação**

### **Continuidade operacional**

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparados com base no pressuposto de continuidade, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir com os pagamentos das obrigações divulgadas na nota explicativa obrigações com venda de controlada e provisões para processos judiciais e outros (Notas 8 e 9).

A Companhia e sua controlada incorreram no prejuízo de R\$ 19.455 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e, nesta data, a Companhia possui patrimônio líquido negativo de R\$ 34.365 e capital circulante líquido consolidado negativo (os passivos circulantes consolidados excedem os ativos circulantes consolidados) de R\$ 15.019. Os principais passivos da Companhia são as obrigações estabelecidas no contrato de compra e venda das ações da Uruguaiana (antiga controlada), em que a Companhia é responsável pelos processos judiciais descritos na nota 8, e outros processos judiciais da Companhia conforme descritos na nota 9.

Como a Companhia e sua controlada dependem de financiamentos e aportes a serem acordados com os seus acionistas, ambas as situações não representam um compromisso formalizado, portanto esses eventos ou condições indicam a existência de uma incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto a continuidade operacional da Companhia. Se a Companhia não tiver condição de continuar operando no curso normal de seus negócios, então, podem existir impactos na realização dos seus ativos e cumprimento de certas obrigações, pelos valores reconhecidos em suas demonstrações contábeis.

#### **- Controlada AES Elpa**

A controlada AES Elpa não possui qualquer investimento em outras sociedades. Desta forma, não há fonte de recebimento de caixa advinda de dividendos. Como forma de mitigar seu risco de liquidez, a controlada AES Elpa possui uma política de gerenciamento de caixa, incluindo determinação de saldo mínimo de caixa, de forma a assegurar a disponibilidade de recursos financeiros. A Administração da controlada AES Elpa, tendo por base projeções de fluxo de caixa dos próximos doze meses e considerando o baixo nível de compromissos de curto prazo previstos e seu nível atual de disponibilidades, entende que não haverá insuficiência de caixa no curto prazo.

### **Segmento de negócios**

Todas as decisões tomadas pela Administração da Companhia e sua controlada são baseadas em relatórios consolidados. A Companhia e sua controlada são holdings não operacionais. Consequentemente, a administração Companhia concluiu que possui apenas o segmento Holding como passível de reporte.

## **2.5 Moeda funcional e de apresentação**

A moeda funcional da Companhia, sua controlada é o real (R\$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operações. As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

## **2.6 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2021**

A Companhia e sua controlada avaliaram os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em, ou após 1º de janeiro de 2021, estão evidenciadas a seguir:

- Alterações ao CPC 06 (R2) | Arrendamentos

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada a Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

O CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para de 30 junho de 2022.

A revisão do CPC 06 (R2), bem como a aplicação do expediente prático não resultaram em alterações materiais para a política contábil sobre contratos de arrendamento atualmente utilizada pela Companhia.

- Alterações aos CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 – Instrumentos financeiros, reconhecimento, mensuração e evidenciação: Reforma da taxa de referência de juros – Fase 2

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco.

As alterações incluem os seguintes expedientes práticos:

- Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros flutuante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado.
- Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de *hedge*, sem que o relacionamento de *hedge* seja descontinuado.
- Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como *hedge* de um componente de risco.

A segunda fase da reforma não resultou em alterações materiais qualitativas ou quantitativas, uma vez que a Companhia detém uma quantidade limitada e imaterial de passivos e ativos financeiros atrelados a taxas de referências interbancárias.

## **2.7 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes**

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia e sua controlada, foram avaliadas e estão listadas na tabela

a seguir. A Companhia e sua controlada pretendem adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, quando entrarem em vigor.

Pronunciamentos novos ou alterados	Correlação IASB	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture	RS 10 / S 28 IF IA	Prover orientação para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas	Ainda não determinado pelo IASB e CFC
CPC 27 – Ativo imobilizado	IAS 16	Prover orientação para a contabilização de transações que envolvem venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso – recursos antes do uso pretendido	1º de janeiro de 2022
Melhorias anuais às IFRS – Ciclo 2018 - 2020	N/A	Alterações às IFRS 01, IFRS 09, IFRS 16 e IAS 41	1º de janeiro de 2022
CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes	IAS 37	Contratos onerosos – custo de cumprimento do contrato	1º de janeiro de 2022
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	S 1 IA	Fornecer guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis; e requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante	1º de janeiro de 2023
CPC 32 – Tributos sobre o Lucro	S 12 IA	Imposto diferido relacionado à ativos e passivos decorrentes de uma única transação	1º de janeiro de 2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	S 8 IA	Introduz a definição de 'estimativa contábeis'	1º de janeiro de 2023
CPC 50 – Contratos de seguros	IFRS 17	Adoção inicial	1º de janeiro de 2023

## 2.8 Critérios de consolidação

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre a controladora e controlada são eliminados.

O exercício social da controlada incluída na consolidação coincide com o da controladora, as políticas contábeis são aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. As transações entre a controladora e empresa controlada são realizadas em condições estabelecidas entre as partes.

As demonstrações contábeis consolidadas contemplam as demonstrações da Companhia e sua controlada, todas sediadas no Brasil, cujas práticas contábeis estão consistentes com as adotadas pela Companhia.

As seguintes entidades são consideradas como controladas da Companhia e estão incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas:

Descrição	Atividade	Participação (%)	
		2021	2020
<b>Participação direta:</b>			
Elpa	Holding	100%	100%

## 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E INVESTIMENTOS DE CURTO PRAZO

Os investimentos que, na data de sua aquisição, têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses, mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor são

registrados como equivalentes de caixa. Os investimentos com vencimento superior a três meses, são classificados na rubrica “Investimentos de curto prazo”.

Os investimentos de curto prazo em CDB-DI são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os investimentos de curto prazo estão demonstrados pelo custo acrescido dos juros auferidos, por não apresentarem diferença significativa em relação ao seu valor de mercado.

<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Tipo de operação</b>				
Numerário disponível	30	60	56	90
<b>Total</b>	<b>30</b>	<b>60</b>	<b>56</b>	<b>90</b>

  

<b>Investimentos de curto prazo</b>	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Tipo de operação</b>				
CDB-DI	3.376	2.614	3.769	3.634
<b>Total</b>	<b>3.376</b>	<b>2.614</b>	<b>3.769</b>	<b>3.634</b>

Os investimentos de curto prazo em 31 de dezembro de 2021 estão representados por operações com CDB com liquidez diária e com rentabilidade média consolidada de 93,35% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (98,93% no exercício findo em 31 de dezembro de 2020).

#### 4. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
<b><u>CIRCULANTE</u></b>				
Imposto de renda retido na fonte	218	2	221	6
<b>Total</b>	<b>218</b>	<b>2</b>	<b>221</b>	<b>6</b>
<b><u>NÃO CIRCULANTE</u></b>				
Imposto de renda	2.429	2.801	4.485	4.806
Contribuição social	23	20	23	21
<b>Total</b>	<b>2.452</b>	<b>2.821</b>	<b>4.508</b>	<b>4.827</b>

A Companhia e sua controlada são tributadas pelo regime de lucro real com recolhimentos por estimativa mensal em relação ao Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (IRPJ e CSLL).

O saldo de imposto de renda e contribuição social a recuperar na Companhia e sua controlada, referem-se principalmente a créditos fiscais de anos anteriores. A Companhia e sua controlada, protocolaram pedidos de restituição junto à Receita Federal do Brasil e a realização desses ativos ocorrerá após o deferimento dos pedidos de restituição ou da sua compensação com outros débitos relativos a tributos federais. Devido à incerteza quanto ao prazo de resposta dos pedidos de restituição ou compensação, a Companhia e sua controlada passaram a reconhecer esses saldos como ativo não circulante.

#### 5. DEPÓSITO JUDICIAL

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
<b><u>NÃO CIRCULANTE</u></b>				
Pis / Cofins - sobre receitas financeiras (nota nº 9.1)	3.010	2.908	3.624	3.501
<b>Total</b>	<b>3.010</b>	<b>2.908</b>	<b>3.624</b>	<b>3.501</b>

#### 6. OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
<b><u>CIRCULANTE</u></b>				
Despesas de seguro pagas antecipadamente	1.771	1.941	1.771	1.941
Outros	—	—	6	—
<b>Total</b>	<b>1.771</b>	<b>1.941</b>	<b>1.777</b>	<b>1.941</b>
<b><u>NÃO CIRCULANTE</u></b>				
Despesas de seguro pagas antecipadamente	454	1.150	454	1.150
<b>Total</b>	<b>454</b>	<b>1.150</b>	<b>454</b>	<b>1.150</b>

## 7. INVESTIMENTOS

Composição dos investimentos	AES Elpa
<b>Participação direta</b>	
31.12.2020	100,00%
31.12.2021	100,00%
Quantidade de ações ordinárias - 31.12.2020	93.404.112
Percentual de participação em ações ordinárias - 31.12.2020	100,00%
Quantidade de ações ordinárias - 31.12.2021	93.404.112
Percentual de participação em ações ordinárias - 31.12.2021	100,00%
<b>Valor do capital social</b>	
31.12.2020	12.780
31.12.2021	12.780
<b>Patrimônio Líquido</b>	
31.12.2020	3.131
% de participação	100,00%
Saldo do investimento	<b>3.131</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>	
31.12.2021	2.523
% de participação	100,00%
Saldo do investimento	<b>2.523</b>
<b>Resultado do exercício</b>	
31.12.2021	
Prejuízo da controlada no exercício	<b>(608)</b>
<b>Movimentação dos investimentos</b>	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.131
Equivalência patrimonial	(608)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<b>2.523</b>

## 8. OBRIGAÇÕES DE VENDA DE CONTROLADA

	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
<b><u>CIRCULANTE</u></b>		
Provisão para processos judiciais e outros (a)	132.019	113.065
Escrow e saldo de Caixa (b)	(111.351)	(104.153)
<b>Total</b>	<b>20.668</b>	<b>8.912</b>
<b><u>NÃO CIRCULANTE</u></b>		
Provisão para processos judiciais e outros (c)	22.502	20.012
Indenizações gerais e outras obrigações (d)	10.220	8.139
Earn-Out a receber (e)	(12.923)	(10.467)
<b>Total</b>	<b>19.799</b>	<b>17.684</b>

De acordo com o contrato de compra e venda de ações a Brasiliana continuará sendo responsável pelas seguintes contingências referentes à Uruguaiana após o *closing* da operação:

(a) Provisão para processos judiciais e outros com probabilidade de perda provável

• Liquidação de Transações de Compra e Venda de Energia de Energia nos períodos de dezembro de 2000 a março de 2002 - A Uruguaiana ingressou com ação em face da ANEEL, da ONS e da MAE, visando (i) a declaração de que as paralisações para a antecipação de manutenção de suas usinas, ocorridas especificamente no período compreendido entre dezembro de 2000 a março de 2002, são passíveis de ressarcimento via ESS (Encargo de Serviços de Sistema); (ii) a declaração acerca da ilegalidade e da inconstitucionalidade do Despacho nº 116/2002 da ANEEL, com consequente manutenção dos preços praticados pela Uruguaiana em junho de 2001; (iii) a condenação da ANEEL em aplicar as paralisações para antecipação de manutenção das usinas, ocorridas especificamente no período compreendido entre dezembro de 2000 a março de 2002, o sistema de ressarcimento ESS; e (iv) a condenação do MAE/CCEE a refazer a contabilização e liquidação das operações da Uruguaiana, levando em consideração o ressarcimento de suas paralisações para a antecipação de manutenção e os preços de comercialização de energia elétrica praticados por ela em junho de 2001.

O valor justo dessa contingência foi apurado em R\$ 91.811, registrado como outras obrigações no passivo circulante. O valor é atualizado com base no Índice Geral de Preços do Mercado ("IGPM") e em 31 de dezembro de 2021 totaliza um montante de R\$ 116.408 (R\$98.830 em 31 de dezembro de 2020)

• Ressarcimento ANEEL - Em 12 de junho de 2020 a Uruguaiana impetrou um pleito junto à Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), requerendo o ressarcimento dos custos da operação emergencial da UTE Uruguaiana que ocorreu em 2015 com base no atendimento do Ofício nº 003/2020-SRG/ANEEL de 8 de janeiro de 2020. O total do pleito foi de R\$ 28.006 no entanto a Uruguaiana tem uma obrigação com a Sulgás referente a custos de Demurrage e Boil off que totalizam R\$ 13.305 e que devem ser liquidados no momento em que a ANEEL efetuar o ressarcimento a Uruguaiana. Desta forma o valor justo desse ativo foi inicialmente estimado em R\$ 14.701, registrado como outros ativos não circulante. No entanto, em 26 de janeiro de 2021, a ANEEL, por meio do Ofício nº 001/2021, responde à sua ex-controlada Uruguaiana sobre o pleito realizado, informando que inicialmente de acordo com o seus controles não há um valor a receber pela Companhia e sim um valor a pagar equivalente a R\$ 15.611 (R\$

14.235 em 31 de dezembro de 2020). Desta forma, a Administração da Companhia está trabalhando junto a ANEEL para confirmar e comprovar todos os itens do cálculo e assim definir um valor final com a ANEEL.

(b) Escrow e caixa - Em contrapartida às obrigações mencionadas acima, o montante de R\$77.700 (Escrow no montante de R\$ 59.000 e um saldo de caixa de R\$ 18.700) relativos às disponibilidades da Uruguaiana no momento da venda, foram dadas como garantia para cobrir as obrigações supracitadas. O valor total atualizado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 85.707 (R\$ 79.128 em 31 de dezembro de 2020).

Adicionalmente, a Companhia constituiu conta escrow no montante de R\$ 25.000. O valor atualizado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 25.644 (R\$ 25.025 em 31 de dezembro de 2020).

(c) Provisões para processos judiciais e outros com probabilidade de perda possível

- PIS/COFINS sobre receita de exportação - Em novembro de 2008, a Receita Federal lavrou Auto de Infração contra a Uruguaiana em razão da suposta incidência de PIS/COFINS sobre a receita decorrente da exportação de energia elétrica gerada pela Uruguaiana.

Em novembro de 2014, foi proferida decisão definitiva desfavorável à Companhia pelo Tribunal administrativo (CARF). Em decorrência, em janeiro de 2015 a Companhia impetrou mandado de segurança para a discussão do caso no âmbito judicial. Em março de 2015 foi proferida decisão de 1º instância desfavorável aos interesses da Companhia, dando ensejo a interposição do recurso de apelação. Em maio de 2016, foi proferida decisão de 2ª instância favorável à Companhia. Em face desta decisão, em dezembro de 2016 a União Federal interpôs recurso especial, o qual encontra-se pendente de julgamento.

Apesar do débito encontrar-se garantido através de seguro garantia, em agosto de 2015, a Companhia recebeu intimação relativa a execução fiscal que tem por objeto a cobrança dos mesmos débitos discutidos no referido mandado de segurança. Em setembro de 2015, foram opostos embargos à execução fiscal. Em abril de 2016, foi proferida decisão de 1ª instância que considerou que a Companhia já estava discutindo a matéria nos autos do mandado de segurança e, por tal razão, julgou extinto o processo sem julgamento do mérito. Em decorrência, foi interposto recurso de apelação, o qual encontra-se pendente de julgamento. Destaque-se que, em que pese a decisão desfavorável proferida nos autos da execução fiscal, em virtude da decisão do Mandado de Segurança, a Companhia possui uma decisão de mérito favorável aos seus interesses.

O valor atualizado, em 31 de dezembro de 2021, é de R\$ 6.972 (R\$ 5.311 em 31 de dezembro de 2020).

- Compensações Administrativas - Créditos de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL - A Uruguaiana foi intimada pela Receita Federal sobre a não homologação de compensações administrativas relativas a PIS, COFINS, IRPJ e CSLL. A principal razão do Fisco não homologar as mencionadas compensações é a suposta divergência entre informações contábeis e fiscais.

Em julho de 2016, a Uruguaiana foi intimada da decisão que negou provimento ao recurso especial relativo a duas compensações administrativas (COFINS e CSLL). Em relação a essas duas compensações não há mais a possibilidade de recurso e, em setembro de 2016, foi ajuizada ação declaratória para possibilitar a garantia do débito, através de seguro garantia, e a consequente suspensão da exigibilidade do débito, na qual se aguarda decisão de 1ª instância. Em outubro de 2016, os débitos foram inscritos em dívida ativa e, portanto, sofreram o acréscimo dos encargos legais estabelecidos pelo Decreto lei nº. 1025/69. Em outubro de 2016 foi ajuizada Execução Fiscal para cobrança dos débitos objeto da garantia. Em

novembro de 2016, a Companhia apresentou Embargos à Execução Fiscal para discutir o mérito do processo, no qual se aguarda decisão de 1ª instância. Diante dos fatores expostos, a Companhia entende, baseada na opinião dos seus assessores jurídicos, que a probabilidade de perda dessa causa continua possível. Quanto às demais compensações, aguarda-se o julgamento na esfera administrativa. O valor atualizado, em 31 de dezembro de 2021, é de R\$19.299 (R\$ 14.701 em 31 de dezembro de 2020).

(d) Indenizações gerais e outras obrigações

Indenizações gerais - Referem-se a eventuais danos que possam ocorrer relacionados a problemas técnicos e de meio ambiente na usina de Uruguiana pelos quais a Companhia deverá indenizar o Comprador caso ocorram em um período de 3 anos. O valor justo na data da venda foi de R\$ 6.096. O valor atualizado de R\$8.856 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 6.776 em 31 de dezembro de 2020), registrado como outras obrigações no passivo não circulante.

Outras obrigações - Referem-se aos custos com P&D e encargos com empregados que foram assumidos pela Brasiliana. O montante apurado é de R\$1.364 e está registrado como outras obrigações no passivo não circulante.

Para mensurar valor justo das obrigações supracitadas, na data da venda, a Companhia utilizou a metodologia de probabilidade de cenários ponderados. A expectativa do encerramento desses processos é até 31 de dezembro de 2023, portanto, foi necessário efetuar o ajuste a valor presente, considerando uma taxa de desconto de 12,02% a.a..

(e) Earn-out a receber - O Contrato de compra e venda de ações define que a Companhia deve receber uma quantia equivalente a R\$ 4,5 reais por MW gerados pela Uruguiana após a data do closing até a data de 31 de dezembro de 2026 sendo que esse valor está limitado a R\$ 41 milhões. Para mensurar o valor justo desse montante a Companhia contratou uma consultoria externa que com base em projeções futuras do PLD e do preço do gás estimou um valor justo de R\$ 13.150 a ser recebido até 31 de dezembro de 2026. Para o cálculo do valor presente foi considerada uma taxa de desconto de 7,42% a.a e, assim, o valor justo na data da venda foi calculado em R\$9.588. O valor atualizado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$12.923 (R\$ 10.467 em 31 de dezembro de 2020).

A movimentação das obrigações de venda de controlada é como segue:

	2020	Atualizações monetárias	2021
<b>CIRCULANTE</b>			
Provisão para processos judiciais e outros	113.065	18.954	132.019
Escrow e saldo de Caixa	(104.153)	(7.198)	(111.351)
<b>Subtotal</b>	<b>8.912</b>	<b>11.756</b>	<b>20.668</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Provisão para processos judiciais e outros	20.012	2.490	22.502
Indenizações gerais e outras obrigações	8.139	2.081	10.220
Earn-Out a receber	(10.467)	(2.456)	(12.923)
<b>Subtotal</b>	<b>17.684</b>	<b>2.115</b>	<b>19.799</b>
<b>Total</b>	<b>26.596</b>	<b>13.871</b>	<b>40.467</b>

## 9. PROVISÕES PARA PROCESSOS JUDICIAIS E OUTROS

### 9.1 Processos com probabilidade de perda classificada como provável

As provisões para processos judiciais e outros estão compostos da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
<b>Fiscal</b>				
Pis / Cofins - sobre receitas financeiras (a)	2.979	2.882	3.590	3.471
<b>Total</b>	<b>2.979</b>	<b>2.882</b>	<b>3.590</b>	<b>3.471</b>

A movimentação das provisões dos processos judiciais é como segue:

	Controladora		
	Saldo em 31.12.2020	Atualizações	Saldo em 31.12.2021
<b>Fiscal</b>			
Pis / Cofins - sobre receitas financeiras (a)	2.882	97	2.979
<b>Total</b>	<b>2.882</b>	<b>97</b>	<b>2.979</b>

	Consolidado		
	Saldo em 31.12.2020	Atualizações	Saldo em 31.12.2021
<b>Fiscal</b>			
Pis / Cofins - sobre receitas financeiras (a)	3.471	119	3.590
<b>Total</b>	<b>3.471</b>	<b>119</b>	<b>3.590</b>

As estimativas de encerramento das discussões judiciais, divulgadas nos itens abaixo podem não ser precisamente realizadas devido ao andamento futuro dos processos.

(a) Fiscal: PIS/COFINS sobre receitas financeiras: A Companhia e sua controlada discutem judicialmente os efeitos do Decreto nº 8.426/2015, que trata da tributação de PIS/COFINS sobre receitas financeiras a partir de 1 de julho de 2015. Enquanto não se tinha decisão de mérito a Companhia e sua controlada efetuava depósitos judiciais sobre os valores em discussão judicial. Além disso, por se tratar de obrigação legal, a Companhia e sua controlada, efetuaram provisão para o referido valor. Em relação ao mérito, em Dezembro de 2020, o Supremo Tribunal Federal julgou, em repercussão geral, a tese de forma desfavorável aos contribuintes. Sendo assim, em virtude do julgamento em repercussão geral, este entendimento deverá ser aplicado a todos os demais processos que discutem a mesma matéria.

### 9.2 Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Companhia apresenta a seguir um resumo das principais contingências passivas cuja probabilidade de perda foi classificada como possível pela Administração. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos da Companhia e de sua controlada.

	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
Fiscal	797.446	785.602
Cível (i)	Não determinado	Não determinado
Total	<b>797.446</b>	<b>785.602</b>

(i) Os processos cíveis não possuem valor quantificável e por isso deve-se considerar os saldos como não determinado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

A seguir a Companhia apresenta as principais contingências passivas, considerando o montante mínimo de divulgação de R\$5.000 e relevância do tema.

(a) Fiscal

(a.1) Auto de infração – aproveitamento de prejuízo fiscal

Em 02 de junho de 2010, a Companhia recebeu o Auto de Infração, lavrado pela Receita Federal do Brasil (RFB), exigindo o recolhimento de aproximadamente R\$604.192 atualizado até 31 de dezembro de 2021 (R\$593.850 em 31 de dezembro de 2020) relativos a IRPJ e CSLL decorrentes da glosa de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL compensados com débitos tributários sem a aplicação do limite legal de 30% estabelecido na Lei 9.065/95, motivada pela incorporação da empresa AES Transgás Empreendimentos S.A.

Em sua defesa, a Companhia apresentou Impugnação Administrativa alegando, em síntese, que, por absoluta ausência de previsão legal, a limitação imposta pela Lei nº. 9.065/95 não se aplica aos casos de incorporação, uma vez que, com a extinção da empresa incorporada, a integralidade do crédito não poderia ser compensada em exercício posterior. Em maio de 2011, houve decisão desfavorável à Companhia em 1ª instância. Em 2ª instância, foi apresentado Recurso Voluntário, para o qual foi proferida decisão desfavorável em outubro de 2012. Por consequência de tal decisão desfavorável, em outubro de 2012, a Companhia apresentou Embargos de Declaração. Em maio de 2015, foi proferida decisão que acolheu os embargos de declaração para negar provimento ao recurso voluntário. Em seguida, foi interposto recurso especial. Em março de 2016, foi proferida decisão que negou provimento ao recurso especial. Em decorrência, foram opostos embargos de declaração. Em abril de 2016, foi proferida decisão que rejeitou os embargos de declaração da Companhia. Como não existia mais a possibilidade de recurso administrativo, em maio de 2016, a Companhia impetrou Mandado de Segurança com o intuito de continuar discutindo judicialmente a questão. Em novembro de 2016 foi proferida decisão de 1ª instância desfavorável à Companhia. Atualmente, aguarda-se o julgamento do recurso de apelação. Em maio de 2018, a Companhia foi citada nos autos da execução fiscal que visa a cobrança dos débitos em questão. Em decorrência, foi solicitada a transferência da garantia para a execução e opostos embargos à execução fiscal. Em abril de 2021, foi proferida decisão de primeira instância que rejeitou os embargos à execução, sem a análise do mérito. Em face dessa decisão a Companhia opôs embargos de declaração. Em maio de 2021, foi proferida decisão que rejeitou os embargos de declaração. Em face desta decisão, a Companhia interpôs o recurso de apelação, o qual encontra-se pendente de julgamento.

(a.2) Compensações administrativas – saldos negativos de IRPJ e CSLL

Em 11 de janeiro de 2011, a Companhia apresentou recurso administrativo em face do Despacho Decisório emitido pela Receita Federal que não reconheceu os créditos de saldo negativo de IRPJ e CSLL apurados no ano-calendário de 2006, em razão da incorporação da AES Tietê Empreendimentos, e compensados

com débitos de IRPJ e CSLL. O não reconhecimento dos créditos compensados decorre do entendimento da Receita Federal de que, para os casos de aproveitamento de prejuízo fiscal, deve-se respeitar o limite legal de 30% por ano-calendário. O principal argumento sustentado pela Companhia é a ausência de vedação legal para o caso específico de incorporação, onde a sociedade incorporada se extingue no mesmo ano-calendário. Em maio de 2011, houve decisão desfavorável na 1ª instância administrativa. Em decorrência, foi interposto recurso voluntário.

Em agosto de 2016, foi proferida decisão de 2ª instância administrativa que deu parcial provimento a este recurso. Em julho de 2017, foram opostos embargos de declaração, os quais foram rejeitados. Em março de 2018, a Companhia interpôs recurso especial. Em outubro de 2018, foi proferida decisão que negou seguimento ao recurso especial. Com o encerramento da esfera administrativa de forma desfavorável a Companhia, em janeiro de 2019, foi distribuída ação judicial para apresentar seguro garantia, para fins de suspensão da exigibilidade do débito. Em virtude do ajuizamento de execução para cobrança dos valores, a Companhia opôs embargos a execução. Em 10 de julho de 2020, foi proferida sentença que julgou improcedentes os embargos à execução opostos pela Companhia. Em face da referida decisão, a Companhia opôs embargos de declaração. Em fevereiro de 2021 foi proferida decisão desfavorável aos interesses da Companhia. Em face desta decisão, a Companhia interpôs o recurso de apelação, o qual encontra-se pendente de julgamento.

Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Receita Federal exigirá o pagamento de aproximadamente R\$80.397 atualizado até 31 de dezembro de 2021 (R\$79.256 em 31 de dezembro de 2020).

#### (a.3) Compensações administrativas – créditos de IRRF

Em junho de 2010, a Companhia foi intimada de Despacho Decisório emitido pela Receita Federal que não reconheceu os créditos de Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, existentes em função da distribuição de Juros sobre Capital Próprio – JCP realizada por sua antiga controlada indireta Eletropaulo. Em decorrência, foi apresentada defesa administrativa. Em abril de 2011, foi proferida decisão de 1ª instância desfavorável aos interesses da Companhia. Em face desta decisão, a Companhia apresentou recurso voluntário.

Em outubro de 2018, foi proferida decisão de 2ª instância administrativa, a qual deu integral provimento ao recurso voluntário da Companhia, cancelando a cobrança consubstanciada no processo em questão. Em fevereiro de 2019, a Companhia tomou conhecimento de que a Procuradoria não interpôs recurso especial. Com isso, tornou-se definitiva a decisão favorável a Companhia. No entanto, após o retorno dos autos para a Delegacia da Receita Federal, foi emitida carta cobrança informando a existência de suposto saldo em aberto no valor de R\$4.556, atualizados até 31 de dezembro de 2021. Em decorrência, a Companhia impetrou Mandado de Segurança para discutir a legalidade da cobrança em questão. Em virtude do ajuizamento de execução para cobrança dos valores, a Companhia opôs embargos à execução, os quais encontram-se pendentes de julgamento.

#### (a.4) Auto de infração – Ágio (2013/2016)

Refere-se ao Auto de Infração lavrado emitido pela Receita Federal do Brasil – RFB, visando a cobrança de valores relativos a IRPJ e CSLL, no montante de R\$336.226 atualizado até 31 de dezembro de 2021 (R\$325.415 em 31 de dezembro de 2020). A autuação se deve ao fato de, no exclusivo entendimento da RFB, ter havido uma dedutibilidade indevida nas bases de cálculo de IRPJ e CSLL em função do ágio registrado pela coligada AES Tietê Energia S.A (ocorrida entre 2013 a 2016), em virtude das incorporações realizadas entre 2000 à 2016. Após a análise do auto de infração, a coligada AES Tietê Energia S.A verificou que parcela da autuação se refere a amortizações de ágio realizadas pela antiga Companhia

Brasiliiana de Energia. Desta forma, do montante total cobrado no auto de infração (R\$ 336.226), R\$96.890 seriam de responsabilidade da Brasiliiana Participações, na medida em que estão relacionados a amortizações de ágio realizadas pela antiga Companhia Brasiliiana de Energia, e R\$233.863 atribuíveis à coligada AES Tietê Energia S.A. Em relação a parcela de responsabilidade da Brasiliiana Participações, a coligada AES Tietê Energia S.A notificou o BNDES e Brasiliiana Participações para resguardar o direito quanto a eventual indenização, na forma do contrato de indenização firmado com aquela companhia por ocasião do Projeto Baltimore. Em 03 de dezembro de 2019, a coligada AES Tietê Energia, apresentou impugnação administrativa. Em 06 de outubro de 2020, foi proferida decisão de primeira instância administrativa parcialmente favorável aos interesses da coligada AES Tietê Energia. A decisão em questão exonerou o montante de R\$60.310 atualizados até 31 de dezembro de 2021. A coligada AES Tietê Energia interpôs recurso voluntário em face da parcela que lhe foi desfavorável, o qual encontra-se pendente de julgamento. Caso sobrevenha decisão desfavorável à coligada AES Tietê Energia, a Companhia terá que arcar com o pagamento da parcela da autuação relativa ao período de sua responsabilidade. Sendo assim, deverá monitorar o caso, bem como a atualização dos valores.

(b) Cível

(b.1) Ação civil pública - improbidade administrativa

O Ministério Público Federal instaurou ação civil pública, em julho de 2004 contra diversas pessoas físicas e jurídicas, dentre elas a controlada AES Elpa e a Companhia, esta última na qualidade de sucessora da AES Transgás. Tal ação foi proposta perante a Justiça Federal da Seção Judiciária de São Paulo com o objetivo de questionar determinados aspectos da privatização da Eletropaulo Eletricidade de São Paulo S.A. Por conta de decisão liminar concedida em agosto de 2004, pela qual foi determinada a quebra de sigilo fiscal e bancário da Companhia e dos demais réus, a Companhia interpôs agravo de instrumento perante o Tribunal Regional Federal da Terceira Região, ao qual foi atribuído efeito suspensivo. Em primeiro grau, em junho de 2005, a Companhia apresentou defesa prévia. Em julho de 2006, foi proferida decisão recebendo parcialmente a inicial, o que ensejou a interposição de agravo de instrumento pela Companhia, o qual visava não apenas a cassação da decisão e a consequente exclusão da Companhia do polo passivo da demanda, mas também que fosse reconhecida a competência da Justiça Federal do Estado do Rio de Janeiro para processamento e julgamento da demanda. Foi atribuído efeito suspensivo ao recurso, o que suspendeu o trâmite da demanda em primeiro grau. Em julho de 2009, sobreveio julgamento parcialmente favorável do recurso da Companhia, restando determinada a remessa da ação civil pública, bem como dos recursos oriundos desta, para a Justiça Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro. Contra esta decisão, o Ministério Público Federal interpôs recurso especial. Como referido recurso não era dotado de efeito suspensivo, os autos retomaram seu normal curso perante a Justiça Federal do Rio de Janeiro. Entretanto, em dezembro de 2012, o recurso especial foi julgado, ocasião em que o Superior Tribunal de Justiça reconheceu a competência da Justiça Federal da Seção Judiciária de São Paulo, razão pela qual os autos retornaram à capital Paulista. Em junho de 2014, foi determinada a suspensão do processo até que fossem julgados todos os agravos de instrumento pendentes (os quais versavam sobre a quebra de sigilos bancário e fiscal dos réus, bem como sobre o recebimento da inicial da ação de improbidade administrativa). Finalmente, em fevereiro de 2015, foram julgados os referidos recursos, sendo que: (i) foi afastada a ordem de quebra de sigilos bancário e fiscal dos réus; e, (ii) foi recebida a inicial integralmente, a contemplar todas as supostas condutas ímprobadas aventadas na inicial. O Ministério Público Federal interpôs recursos especial e extraordinário contra a decisão que versava sobre a quebra de sigilo. Os recursos especial e extraordinário aguardam julgamento perante o STJ e STF. Por outro lado, a Companhia interpôs recurso especial contra o acórdão que recebeu a inicial integralmente. Em 17 de agosto de 2017, foi publicada decisão que inadmitiu o referido recurso da Companhia. Em 12 de setembro de 2017, a Companhia e a controlada AES Elpa apresentaram recurso ao Superior Tribunal de Justiça com o objetivo de reformar a negativa de seguimento pelo Tribunal. Em

novembro de 2019, transitou em julgado a decisão que negou provimento ao recurso da Companhia e da controlada AES Elpa (apresentados em face da decisão que determinou o seguimento da ação). Sendo assim, o processo voltou a tramitar em 1ª instância e os demais réus foram citados. Em 14 Setembro de 2021, foi proferida decisão de 1ª instância favorável aos interesses da Companhia. Em suma, foram indeferidos os pleitos realizados pelo Ministério Público Federal de São Paulo contra AES Elpa e AES Transgás (Brasiliana Participações) relativos a suposta infração do BNDES à Lei 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa), no que se refere aos empréstimos realizados pela AES Elpa e AES Transgás (Brasiliana Participações) para aquisição de ações da Eletropaulo. Em 01 Outubro de 2021, o Ministério Público interpôs recurso de apelação, o qual será analisado pelo Tribunal.

Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo, não são passíveis de quantificação.

### 9.3 Seguro garantia

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui seguros garantia para processos judiciais, conforme relação a seguir:

Natureza	2021			2020		
	Quantidade	Valor	Taxa a.a.	Quantidade	Valor	Taxa a.a.
<u>Companhia (i)</u>						
Fiscal	4	680.849	0,39% a 0,59%	4	665.614	0,40% a 0,60%

(i) Seguro garantia nos processos fiscais possíveis referentes (a) Auto de infração – aproveitamento de prejuízo fiscal no montante de R\$678.829 (663.638 em 31 de dezembro de 2020) ; e (b) Compensações administrativas – saldos negativos de IRPJ e CSLL no montante de R\$2.020 (1.976 em 31 de dezembro de 2020).

## 10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 10.1 Capital Social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$85.299 em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, dividido em 550.000.008 ações, sendo 507.692.309 ações ordinárias e 42.307.699 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

### 10.2 Composição acionária

	2021		2020	
	Ordinárias		Ordinárias	
	Quantidade	%	Quantidade	%
<b>Acionistas</b>				
AES Holdings Brasil Ltda.	253.846.155	50,00	253.846.155	50,00
BNDESPar	253.846.154	50,00	253.846.154	50,00
<b>Total das ações</b>	<b>507.692.309</b>	<b>100,00</b>	<b>507.692.309</b>	<b>100,00</b>
	Preferenciais		Preferenciais	
	Quantidade	%	Quantidade	%
<b>Acionistas</b>				
AES Holdings Brasil Ltda.	6	—	6	—
BNDESPar	42.307.693	100,00	42.307.693	100,00
<b>Total das ações</b>	<b>42.307.699</b>	<b>100,00</b>	<b>42.307.699</b>	<b>100,00</b>

### 10.3 Reservas

	2021	2020
<u>Reservas de capital:</u>		
Capitalização do adiantamento para futuro aumento de capital (i)	(7.481)	(7.481)
Transferência de investimento entre sócios (ii)	11.130	11.130
Efeito de alteração de participação em controlada (iii)	(16.817)	(16.817)
Venda de participação societária da AES Serviços (iv)	17.105	17.105
<b>Total</b>	<b>3.937</b>	<b>3.937</b>

(i) A Reorganização Societária ocorrida em 31 de dezembro de 2016 foi precedida de uma capitalização AFAC registrado no patrimônio líquido da controlada AES Elpa em nome da Companhia, no valor de R\$ 429.200, sendo que tal capitalização deu-se sem a emissão de novas ações pela controlada AES Elpa, não havendo, portanto, diluição de seus acionistas não controladores. O montante de R\$ 7.481 representa a participação de acionistas não controladores no adiantamento para futuro aumento de capital da controlada AES Elpa, na proporção de 1,74% do capital total sobre o referido AFAC. Por se tratar de transação de capital envolvendo acionistas não controladores, este montante foi registrado no patrimônio líquido como reserva de capital. Para maiores detalhes vide nota explicativa 10.

(ii) Em 13 de junho de 2006, a AHB e BNDESPAR celebraram um Instrumento Particular de Transações e outras Avenças, por meio do qual foi cancelada a opção para que fossem transferidas as ações de emissão da AES Sul (“Opção”) de titularidade do Grupo AES para a Brasileira Energia S.A. (companhia com participações da AHB e BNDESPAR). Em contrapartida ao cancelamento da Opção, o instrumento determinou a transferência do investimento na AES Serviços para a Brasileira Energia S.A. Após eventos de reorganizações societárias, o investimento foi transferido para a Companhia. Por se tratar de uma transação de capital, a Companhia registrou a contrapartida do recebimento do investimento em conta específica no patrimônio líquido, uma vez que esta transação foi considerada transação de capital, ou seja, transações com sócios na qualidade de proprietário, não resultando em perda de controle.

(iii) Em 30 de dezembro de 2016 (vide nota nº 10) devido à reorganização societária ocorrida, foi assegurado o direito de recesso aos acionistas da controlada AES Elpa que dissentiram da aprovação da

Cisão Parcial da Companhia, nos termos do artigo 137 da Lei das Sociedades por Ações, com pagamento de reembolso calculado com base no valor contábil de suas ações apurado a partir das informações financeiras da controlada AES Elpa levantadas em 31 de dezembro de 2015 e divulgadas em 1º de março de 2016. Os acionistas da controlada AES Elpa titulares de 1.113.626 ações ordinárias efetivamente exerceram o seu direito de retirada. O pagamento foi realizado em 3 de fevereiro de 2017 sendo o efeito reflexo registrado na Companhia nesta data, como reserva de capital.

Em 20 de abril de 2017 em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada foi aprovado o cancelamento das 1.113.626 ações ordinárias de emissão da controlada AES Elpa, as quais representavam 1,17% do seu capital social. O número total de ações da controlada AES Elpa passou de 95.061.053 para 93.947.427 ações ordinárias nominativas, escriturais, sem valor nominal. Sendo assim, a Companhia alterou de 98,26% para 99,42% a sua participação na referida controlada.

O valor da recompra de ações foi de R\$ 17.105, sendo reconhecido pela controlada AES Elpa como redução de capital social, e a Companhia por sua vez, reconheceu o efeito reflexo em seu patrimônio líquido na rubrica “Efeito de alteração de participação em controlada”, o montante de R\$ 16.807.

Em 8 de outubro de 2018, em Assembleia Geral Extraordinária foi aprovado o resgate de 543.313 ações ordinárias, as quais representavam a totalidade das ações de emissão da controlada AES Elpa que remanesceram em circulação após o leilão da OPA. O número total de ações da controlada AES Elpa passou de 93.947.427 para 93.404.113 ações ordinárias nominativas, escriturais, sem valor nominal. Sendo assim, a Companhia alterou de 99,42% para 100% a sua participação na referida controlada.

Com o respectivo e posterior cancelamento das ações houve a redução do capital social da controlada AES Elpa no montante de R\$ 5, e a Companhia por sua vez, reconheceu o efeito reflexo em seu patrimônio líquido na rubrica “Efeito de alteração de participação em controlada”, o montante de R\$ 10.

(iv) No dia 14 de maio de 2019 foi assinado o contrato de compra e venda de quotas da AES Serviços para a AES Holdings do Brasil Ltda. no qual foi efetivado após o cumprimento das condições precedentes plenamente atendidas em 01 de julho de 2019.

## 11. RESULTADO POR AÇÃO

---

O estatuto da Companhia atribui direitos idênticos às ações preferenciais e às ordinárias. Os valores de resultado por ação nas tabelas abaixo contemplam essa condição.

A tabela a seguir apresenta o resultado básico e diluído por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	2021	2020
<b>Numerador:</b>		
Resultado líquido do exercício proveniente de operações em continuidade	(5.584)	(4.637)
Resultado líquido do exercício proveniente de operações em descontinuidade	(13.871)	(77.115)
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>(19.455)</b>	<b>(81.752)</b>
<b>Denominador (em milhares de ações)</b>		
Média ponderada do número de ações ordinárias	507.692	507.692
Média ponderada do número de ações preferenciais	42.308	42.308
<b>Resultado por ação</b>		
Resultado básico e diluído por ação ordinária	(0,03537)	(0,14864)
Resultado básico e diluído por ação preferencial	(0,03537)	(0,14864)

Não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e data da conclusão destas demonstrações contábeis.

A Companhia não possui nenhum instrumento que tem efeito diluidor. Desta forma, o lucro básico por ações é equivalente ao lucro por ação diluído.

## 12. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora	
	2021	2020
<b>Receitas Financeiras</b>		
Renda de aplicações financeiras	1.161	753
Atualização de créditos tributários	100	80
Atualização de depósitos judiciais	97	67
PIS e COFINS sobre receita financeira	(435)	(42)
Outras	—	7
<b>Total</b>	<b>923</b>	<b>865</b>
<b>Despesas Financeiras</b>		
Cartas de fiança e seguros garantia	(3.890)	(2.947)
Atualização monetária de processos judiciais (nota nº 9.1)	(97)	(60)
Juros sobre mútuo (nota nº 15.1)	(255)	—
Outras despesas financeiras	(112)	(1)
<b>Total</b>	<b>(4.354)</b>	<b>(3.008)</b>
<b>Total resultado Financeiro</b>	<b>(3.431)</b>	<b>(2.143)</b>
<b>Consolidado</b>		
	2021	2020
<b>Receitas Financeiras</b>		
Renda de aplicações financeiras	1.200	784
Atualização de créditos tributários	160	118
Atualização de depósitos judiciais	117	80
PIS e COFINS sobre receita financeira	(440)	(45)
Outras	—	5
<b>Total</b>	<b>1.037</b>	<b>942</b>
<b>Despesas Financeiras</b>		
Cartas de fiança e seguros garantia	(3.890)	(2.947)
Atualização monetária de processos judiciais (nota nº 9.1)	(118)	(73)
Juros sobre mútuo (nota nº 15.1)	(255)	—
Outras despesas financeiras	(112)	(2)
<b>Total</b>	<b>(4.375)</b>	<b>(3.022)</b>
<b>Total resultado Financeiro</b>	<b>(3.338)</b>	<b>(2.080)</b>

### 13. OPERAÇÃO DESCONTINUADA

Na demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 o total apresentado como resultado de operações descontinuadas refere-se principalmente à atualização das obrigações da venda da ex-controlada Uruguaiana, conforme segue:

	Controladora e Consolidado
	2021
Atualização da provisão para processos judiciais e outros	(18.954)
Atualização da escrow e do saldo de caixa	7.198
Atualização das indenizações gerais, outras obrigações e provisões	(4.571)
Atualização do Earn-Out a receber	2.456
<b>Total</b>	<b>(13.871)</b>

Em função dos montantes da operação descontinuada referirem-se a variação monetária dos saldos das obrigações de venda, os mesmos não afetaram o caixa da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

No exercício comparativo o total apresentado como resultado de operações descontinuadas refere-se a demonstração de resultado da sua ex-controlada Uruguaiana no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, conforme segue:

	Controladora e Consolidado
	2020
Energia elétrica comprada para revenda	(978)
Taxa de fiscalização	(1.306)
Pessoal e administradores	(2.235)
Serviços de terceiros	(2.307)
Material	(530)
Provisão para processos judiciais e outros, líquida	(32)
Reversão da provisão para redução ao provável valor de realização	14.702
Depreciação e amortização	(14.702)
Outras despesas e receitas operacionais (i)	12.337
Receitas financeiras	2.137
Despesas financeiras	(9.498)
Variações cambiais, líquidas	312
Perda na venda de subsidiária	(75.015)
<b>Total</b>	<b>(77.115)</b>

(i) refere-se majoritariamente ao ressarcimento descrito na nota explicativa 8.a.

## 14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

	Controladora			
	2021		2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
<b>b) Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:</b>				
<b>Resultado antes dos tributos</b>	<b>(5.584)</b>	<b>(5.584)</b>	<b>(4.637)</b>	<b>(4.637)</b>
Adições (exclusões):				
Resultado de equivalência patrimonial	(608)	(608)	(118)	(118)
Atualização SELIC de créditos tributários	(100)	(100)	—	—
Prejuízo fiscal e base negativa sem imposto diferido constituído (i)	526	526	4.730	4.730
Diferenças temporárias sem imposto diferido	5.766	5.766	25	25
<b>Total das adições (exclusões)</b>	<b>5.584</b>	<b>5.584</b>	<b>4.637</b>	<b>4.637</b>
Resultado ajustado	—	—	—	—
<b>Base de cálculo</b>	—	—	—	—
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
<b>Total da receita (despesa) com tributos</b>	<b>— %</b>	<b>— %</b>	<b>— %</b>	<b>— %</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0%</b>

  

	Consolidado			
	2021		2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
<b>b) Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:</b>				
<b>Resultado antes dos tributos</b>	<b>(5.584)</b>	<b>(5.584)</b>	<b>(4.637)</b>	<b>(4.637)</b>
Adições (exclusões):				
Atualização SELIC de créditos tributários	(160)	(160)	—	—
Prejuízo fiscal e base negativa sem imposto diferido constituído (i)	(22)	(22)	4.609	4.609
Diferenças temporárias sem imposto diferido	5.766	5.766	27	27
Outros	—	—	1	1
<b>Total das adições (exclusões)</b>	<b>5.584</b>	<b>5.584</b>	<b>4.637</b>	<b>4.637</b>
Resultado ajustado	—	—	—	—
<b>Base de cálculo</b>	—	—	—	—
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
Alíquota Adicional	—	—	—	—
<b>Receita (Despesa) com tributos às alíquotas nominais</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>Total da receita (despesa) com tributos</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0%</b>

(i) A Companhia apurou nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, prejuízo fiscal e base negativa, não havendo imposto de renda e contribuição social correntes a pagar.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e sua controlada acumulam prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias sobre os quais não foram registrados impostos diferidos ativos, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Prejuízo fiscal	122.549	100.059	139.406	116.247
Base negativa contribuição social	122.549	100.068	142.953	119.803
Diferenças temporárias ativas	9.930	9.748	10.399	10.457

## 15. PARTES RELACIONADAS

### 15.1 Transação com partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
<b>PASSIVO</b>				
<b>Dividendos a pagar:</b>				
BNDESPar	—	—	32	32
<b>Subtotal</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>32</b>	<b>32</b>
<b>Mútuo (i):</b>				
AES Brasil Ltda.	4.638	—	4.638	—
<b>Total do passivo com partes relacionadas</b>	<b>4.638</b>	<b>—</b>	<b>4.670</b>	<b>32</b>

(i) Em 29 de julho de 2021, a AES Brasil Ltda., parte relacionada e controlada indireta da The AES Corporation, firmou um contrato de mútuo com a Companhia no valor de R\$ 4.383, com juros de 163% do CDI + 3,04% a.a e com vencimento em parcela única em 29 de julho de 2024.

O impacto no resultado para exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
<b>Resultado</b>				
AES Brasil Ltda. (nota 12)	(255)	—	(255)	—
<b>Total</b>	<b>(255)</b>	<b>—</b>	<b>(255)</b>	<b>—</b>

### 15.2 Remuneração da alta administração

A remuneração da alta administração é composta pela Diretoria Estatutária e Conselho de Administração. A remuneração nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são apresentadas a seguir:

	Consolidado	
	2021	2020
Benefícios de curto prazo (a)	346	338
Total	<b>346</b>	<b>338</b>

(a) Compostos por ordenados, salários e contribuições para a previdência social e benefícios não monetários (tais como assistência médica, moradia, automóveis e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados);

A Companhia entende que as remunerações são compatíveis com a média praticada pelo mercado e desta forma, o assunto não demanda aprovação em sede de Reunião Prévia do referido Acordo de Acionistas.

## 16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

### 16.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia e sua controlada são como segue:

Notas	Controladora				Categoria	
	2021		2020			
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
<b><u>ATIVO (Circulante e não circulante)</u></b>						
Caixa e equivalentes de caixa	3	30	30	60	60	Custo amortizado
Investimentos de curto prazo (CDBs)	3	3.376	3.376	2.614	2.614	Valor Justo por meio do resultado
Cauções e depósitos vinculados	5	3.010	3.010	2.908	2.908	Custo amortizado
<b>Total</b>		<b>6.416</b>	<b>6.416</b>	<b>5.582</b>	<b>5.582</b>	
<b><u>PASSIVO (Circulante e não circulante)</u></b>						
Fornecedores		49	49	45	45	Custo amortizado
Contas a pagar a Partes Relacionadas	15	4.638	4.638	—	—	Custo amortizado
<b>Total</b>		<b>4.687</b>	<b>4.687</b>	<b>45</b>	<b>45</b>	

		Consolidado					
		2021		2020			
Notas		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Categoria	
<b>ATIVO (Circulante e não circulante)</b>							
	Caixa e equivalentes de caixa	3	56	56	90	90	Custo amortizado
	Investimentos de curto prazo (CDBs)	3	3.769	3.769	3.634	3.634	Valor Justo por meio do resultado
	Cauções e depósitos vinculados	5	3.624	3.624	3.501	3.501	Custo amortizado
	<b>Total</b>		<b>7.449</b>	<b>7.449</b>	<b>7.225</b>	<b>7.225</b>	
<b>PASSIVO (Circulante e não circulante)</b>							
	Fornecedores		49	49	45	45	Custo amortizado
	Dividendos a pagar	15	32	32	32	32	Custo amortizado
	Contas a pagar a Partes Relacionadas	15	4.638	4.638	—	—	Custo amortizado
	<b>Total</b>		<b>4.719</b>	<b>4.719</b>	<b>77</b>	<b>77</b>	

As rubricas caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo são compostas basicamente por certificados de depósitos bancários (CDBs). Os CDBs são marcados a mercado mensalmente com base na curva da taxa CDI para a data final do exercício, conforme definido em sua data de contratação.

O valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia e sua controlada optaram por divulgá-los com valores equivalentes ao do valor contabilizado.

## 16.2 Hierarquia do valor justo

A tabela a seguir apresenta os instrumentos financeiros, registrados a valor justo por meio de resultado, conforme método de mensuração:

	2021		2020		
	Valor justo	Mensuração	Valor justo	Mensuração	
		Nível 2		Nível 2	
<b>ATIVO</b>					
	Investimentos de curto prazo	3.376	3.376	2.614	2.614
	<b>Total - Ativo</b>	<b>3.376</b>	<b>3.376</b>	<b>2.614</b>	<b>2.614</b>

A mensuração dos instrumentos financeiros está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:

Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e

Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não houve transferências decorrentes de avaliações de valor justo entre os níveis 1 e 2, nem para dentro ou fora do nível 3.

### 16.3 Gerenciamento de riscos

A Companhia e sua controlada estão expostas principalmente a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia e sua controlada, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia e da controlada, assim como os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

#### (a) Estrutura de gerenciamento de riscos

##### Gestão de Riscos – aplicável para Companhia

É de responsabilidade do Conselho de Administração deliberar sobre as questões de Gestão de Riscos estratégicos, incluindo aprovar e avaliar política e modelo de Gestão de Riscos.

A Diretoria Executiva exerce a função de assegurar a avaliação dos riscos estratégicos e planos de ação recomendados para a mitigação dos riscos. Os riscos estratégicos podem ser categorizados como riscos estratégicos, financeiros, compliance, tecnologia, operacional, mercado, legal, regulatório, ambiental e crédito.

A Diretoria Executiva também deve fornecer sua percepção em relação aos riscos tangíveis e intangíveis aos quais suas respectivas áreas de negócios estão expostas. Para assessoramento da Diretoria Executiva, existe o Comitê de Gestão de Riscos, que tem como principal objetivo a supervisão e monitoramento do processo de riscos reportados pela área de gestão de riscos, onde são avaliados e validados os modelos de Gestão de Risco, o portfólio e os riscos relevantes da Companhia além de aprovar metas e ações e priorizar recursos para mitigação dos riscos aos qual a Companhia está exposta.

Entre as competências do Conselho Fiscal, cabe ao mesmo acompanhar e discutir o processo formal de gestão de riscos efetuado pela Administração.

A Política de Gestão de Riscos tem como objetivo fornecer as diretrizes gerais para a Gestão de Riscos da Companhia e de sua controlada, visando conceituar e documentar os princípios de Gestão de Riscos e atividades relacionadas.

A área de Gestão de Riscos é responsável por disseminar a cultura de gestão de riscos estratégicos, obter o grau de exposição a risco ao qual a Companhia está exposta, definir padrões a serem seguidos pela Companhia no que tange Gestão de Riscos, supervisionar e controlar relatórios de risco e definir gestores e responsáveis pelos riscos nas áreas de negócio.

##### Controles Internos – aplicável para Companhia e sua controlada

A área de Controles Internos tem como principal atribuição assessorar as áreas de negócio na revisão de processos e implementação de controles para garantir exatidão das demonstrações contábeis e o cumprimento das leis, normas, regulamentos e procedimentos internos.

##### Ética e Compliance – aplicável para Companhia e sua controlada

A Companhia e sua controlada estão comprometidas em manter os mais altos padrões éticos em todas as suas transações comerciais. O Programa de Compliance visa "conhecer o seu parceiro de negócios", exigindo a condução de um processo de verificação interna em seus potenciais parceiros antes de firmar ou renovar um acordo de negócios. Este processo visa assegurar que tais padrões éticos e legais sejam devidamente respeitados em todas as suas transações comerciais.

Em caso de denúncia ou suspeita de fraude ou irregularidade, a questão será investigada pela área de Ética e Compliance e os recursos necessários serão alocados para que, com base na conclusão das averiguações, e medidas de remediação apropriadas – sejam medidas administrativas, mudanças de controles, implementação ou ajuste de processos, etc. - sejam tomadas tempestivamente. Em caso de necessidade, se houver um eventual impacto material nas demonstrações contábeis, estes dados serão devidamente informados à governança da Companhia e de sua controlada, incluindo Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal, com as respectivas ações tomadas e planos de remediação.

Processos Judiciais – aplicável para Companhia e sua controlada

A Companhia e sua controlada se utilizam de relatórios preparados por consultores jurídicos para embasar suas avaliações sobre o mérito e risco de perda dos processos judiciais, sendo que os mais relevantes possuem seguros garantias conforme descritos na nota explicativa nº 9.3, reduzindo assim o risco de desembolsos associados a estes processos.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia e sua controlada possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Consiste no risco da Companhia e sua controlada incorrerem em perdas devido a um cliente ou uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda destes valores.

A Companhia e sua controlada atuam de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras e aos respectivos ratings das principais agências.

A Companhia e sua controlada utilizam a classificação das agências Fitch Ratings (Fitch), Moody's ou Standard & Poor's (S&P) para identificar os bancos elegíveis de composição da carteira de investimentos. Quaisquer instituições financeiras que apresentem, em uma das agências de risco rating inferior ao estabelecido (AA), em escala nacional em moeda local não poderão fazer parte da carteira de investimentos.

Quanto aos valores de exposição máxima por instituições financeiras, vale o mais restritivo dos seguintes critérios definidos pela Companhia e sua controlada: (i) Critério de Caixa: Aplicações de no máximo 20% (Patrimônio Líquido (PL) da instituição financeira inferior a R\$ 6.000.000) até 25% (PL superior a R\$ 6.000.000) do total da carteira por instituição financeira. (ii) Critério de PL da Companhia e de sua controlada: Aplicações de no máximo 20% de seu PL por instituição financeira; e (iii) Critério de PL da instituição financeira recebedora de recursos: Cada instituição financeira poderá receber recursos de no máximo 3% (PL inferior a R\$ 6.000.000) até 5% (PL superior a R\$ 6.000.000) de seu PL.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco do crédito na data de 31 de dezembro de 2021 é:

Consolidado	2021
Caixa e equivalentes de caixa	56
Investimentos de curto prazo	3.769
<b>Total da exposição</b>	<b>3.825</b>

### (b.2) Risco de liquidez

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia e sua controlada adotam como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados e (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez.

A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros e obrigações de venda da Companhia e de sua controlada. As informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

Consolidado Posição em 31 de dezembro de 2021	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	49	—	—	—	—
Dividendos a pagar	32	—	—	—	—
Obrigações de venda de controladas	—	20.668	—	29.651	—
Mútuo	—	—	—	7.889	—
<b>Total</b>	<b>81</b>	<b>20.668</b>	<b>—</b>	<b>37.540</b>	<b>—</b>

### (b.3) Riscos de mercado

#### Gestão de capital

A Companhia e sua controlada controlam sua estrutura de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar o pagamento de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia e sua controlada podem revisar a sua prática de pagamento de dividendos, aumentar o capital através de emissão de novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento, se for o caso.

A Companhia e sua controlada também monitoram constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira, além de buscar o alongamento do perfil de suas dívidas, de forma a mitigar o risco de refinanciamento.

#### Riscos de taxas de juros

Em 31 de dezembro de 2021, as aplicações financeiras da Companhia e de sua controlada foram alocadas em CDBs, rentabilizadas pelo CDI.

O montante de exposição líquida da Companhia aos riscos de taxas de juros na data base de 31 de dezembro de 2021 foi de R\$3.769.

### Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador CDI nos investimentos, aos quais a Companhia e sua controlada estavam expostas na data base de 31 de dezembro de 2021, foram definidos 5 cenários diferentes. Com base nos dados disponíveis no Banco Central, foi extraída a projeção dos indexadores SELIC para um ano e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta, que representa o efeito esperado no resultado e patrimônio líquido em cada cenário projetado, não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2021, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Consolidado	Taxa de Juros	Posição em 31.12.2021	Projeção - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
<b>CDI</b>			<b>5.67%</b>	<b>8.51%</b>	<b>11.34%</b>	<b>14.18%</b>	<b>17.01%</b>
Investimentos de curto prazo	CDI	3.769	214	321	427	534	641
Escrow	CDI	61.995	3.515	5.276	7.030	8.791	10.545
<b>SELIC</b>			<b>2.20%</b>	<b>3.29%</b>	<b>4.39%</b>	<b>5.49%</b>	<b>6.59%</b>
Continuância de PIS/COFINS	IGPM	22.502	495	740	988	1.235	1.483
<b>IGPM</b>			<b>2.76%</b>	<b>4.13%</b>	<b>5.51%</b>	<b>6.89%</b>	<b>8.61%</b>
MAF	IGPM	116.408	3.213	4.808	6.414	8.021	10.023
Continuância ambientais	IGPM	8.856	244	366	488	610	763
Farm-Out	IGPM	12.923	357	534	712	890	1.113
Caixa e equivalente de caixa	IGPM	23.710	654	979	1.306	1.634	2.041
<b>IPCA</b>			<b>2.57%</b>	<b>3.85%</b>	<b>5.13%</b>	<b>6.41%</b>	<b>8.01%</b>
Ressarcimento	IPCA	15.611	401	601	801	1.001	1.250
<b>Subtotal</b>		<b>420.781</b>	<b>13.467</b>	<b>20.173</b>	<b>26.899</b>	<b>33.637</b>	<b>41.566</b>

## 17. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2021, a cobertura de seguros, considerada suficiente pela Administração da Companhia cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é resumida como segue:

Risco	Período de vigência		Importância segurada
	de	até	
Responsabilidade civil de administradores - D&O	1/4/2021	1/4/2022	100.000

A apólice de Responsabilidade Civil Administradores – D&O, possui limite de proteção compartilhado entre a Companhia e sua controlada.

## **18. EVENTOS SUBSEQUENTES**

---

No dia 24 de fevereiro de 2022 foi recebido o montante de R\$ 1.699 referente ao Earn-out mencionado na nota explicativa 8 item (e).